

Já não temos começos. *Incipit*: a orgulhosa palavra latina que designa o início sobrevive no poeirento vocábulo inglês *inception*. O escriba da Idade Média assinala o início de uma linha, o novo capítulo, por meio de uma capital iluminada. No seu turbilhão dourado ou carmim, o iluminista de manuscritos dispõe animais heráldicos, dragões matinais, cantores e profetas. A inicial, significando a palavra o começo e o primado, é uma fanfarra. Proclama a máxima de Platão, que nada tem de evidente: a origem é a excelência maior de todas as coisas, naturais e humanas. Hoje, entre as inclinações ocidentais — observe-se a presença muda da luz matutina deste mundo —, os reflexos, as inflexões da percepção são os da tarde, do crepúsculo. Estou a generalizar. (O meu argumento é, no seu todo, vulnerável e expõe-se ao risco daquilo a que Kierkegaard chamava as «feridas da negatividade».)

A cultura ocidental conheceu outrora sentimentos de fim, o fascínio pelo ocaso. Os testemunhos da filosofia, as artes, os historiadores da sensibilidade fazem-se eco dos «tempos de encerramento dos jardins do Ocidente» ao longo das crises da ordem imperial romana, dos medos apocalípticos à volta do Ano Mil, do rasto da Peste Negra e da Guerra dos Trinta Anos. Desde sempre, os sinais da decomposição, do Outono e da luz que declina acompanharam, nos homens e nas mulheres, a consciência da decrepitude física e da nossa mortalidade comum. Já antes de Montaigne, houve moralistas para sustentarem que o recém-nascido é velho o bastante para morrer. Na construção

metafísica mais segura de si, na obra de arte mais afirmativa, há sempre um *memento mori*, um esforço, implícito ou explícito, para conter a fuga do tempo fatal, a entropia do ser vivo sob todas as suas formas. É a esse combate que o discurso filosófico e a geração da arte devem a tensão que os inspira, a crispação irresoluta que conta entre as suas modalidades formais com a lógica e a beleza. «O grande Pã morreu» é um grito que assombra até essas sociedades às quais associamos, talvez demasiado convencionalmente, uma atitude otimista.

Na atmosfera espiritual deste fim de século, há todavia, segundo creio, um cansaço fundamental. A cronometria íntima, os contratos com o tempo, que em tão larga medida determinam a nossa consciência, indicam o fim da tarde sob formas ontológicas: que se referem à essência, ao tecido do ser. Chegámos tarde. Ou temos pelo menos a impressão de ter chegado tarde. A mesa foi levantada. «Vamos fechar, minhas senhoras e meus senhores, vamos fechar». Há no ar como que um perfume de «adeuses». Estas apreensões são ainda mais impressivas pelo facto de contrariarem o aumento da duração e da esperança da vida individual nas economias ocidentais. E, contudo, as sombras crescem. Dir-se-ia que nos inclinamos para a terra e para a noite, como plantas.

A nossa natureza é sedenta de explicação, de causalidade. Queremos saber: Porquê? Que hipótese conceber, capaz de elucidar uma fenomenologia, uma estrutura da experiência vivida tão difusa, tão múltipla nas suas expressões como a daquilo que é «terminal»? Interrogações como esta exigirão uma resposta séria, ou não se prestarão mais que a palavreados vãos? Não sei ao certo.

Por mais longe que procuremos na história, a inumanidade é permanente. Não houve utopias, nem comunidades de justiça ou de perdão. As inquietações que são hoje as nossas — as violências na rua, a fome no Terceiro Mundo, as regressões sob a forma de conflitos étnicos bárbaros e os riscos de pandemias — têm de ser situadas contra o pano de fundo de um momento absoluta-

mente excepcional. A traço grosso, desde Waterloo até aos massacres dos anos de 1915-1916 na Frente Ocidental, a burguesia europeia conheceu uma época privilegiada, um armistício com a história. Apoiando-se na exploração da mão-de-obra industrial, nas metrópoles, e no regime colonial, no exterior, os europeus conheceram um século de progresso, de larguezas liberais, de esperança razoável. É nos clarões póstumos, e sem dúvida idealizados, deste calendário excepcional — recorde-se a comparação persistente da época anterior a Agosto de 1914 com um «longo Verão» —, que vivemos o nosso actual mal-estar.

Todavia, ainda que descontemos a parte da nostalgia selectiva e da ilusão, a verdade não deixa de o ser: para toda a Europa e para a Rússia, este último século tornou-se um período infernal. Os historiadores calculam em mais de setenta milhões de mortos o número dos homens, das mulheres e das crianças vítimas da guerra, da fome, das deportações, dos massacres e das infecções políticas entre Agosto de 1914 e a «limpeza étnica» dos Balcãs. Existiram no passado episódios atrozes de peste, de fome e de carnificina. A derrocada da humanidade no século XX comporta, no entanto, enigmas peculiares. Não é obra nem de cavaleiros das estepes nem de bárbaros que se atropelam às portas das cidades. O nazismo, o fascismo, o estalinismo (ainda que neste último caso as coisas sejam mais opacas) nasceram do interior, do contexto, do teatro e dos instrumentos de administração social dos lugares cimeiros da civilização, da educação, do progresso científico, bem como do humanismo cristão e do humanismo das Luzes. Abster-me-ei de entrar nos debates intermináveis, e de certo modo degradantes, em torno da unicidade da *Shoah* («holocausto» é um termo técnico grego, um termo nobre que designa o sacrifício religioso, e não um termo que signifique apropriadamente uma loucura controlada e um «vento de treva»). Dir-se-ia contudo que o extermínio pelos nazis da comunidade dos judeus da Europa é uma «singularidade», não tanto pela sua dimensão — o estalinismo fez um número infinitamente maior de mortes — como pelas suas motivações. Uma

categoria inteira de seres humanos, incluindo as crianças, foi então declarada *culpada de ser*. O seu único crime era existir e pretender viver.

A catástrofe que varreu a civilização europeia e eslava foi singular num outro sentido. Aniquilou progressos anteriores. Os próprios ironistas das Luzes (Voltaire) haviam predito com segurança a abolição duradoura da tortura judicial na Europa. Tinham decretado impensável um regresso generalizado à censura, aos autos-de-fé, para já não falarmos da liquidação dos hereges ou dos dissidentes. Para o liberalismo e para o positivismo científico do século XIX, era natural esperar que o desenvolvimento da escolarização, do saber científico e técnico e dos seus resultados, da livre circulação e dos contactos entre comunidades, se saldasse por um aperfeiçoamento regular da civilidade, da tolerância política e das práticas económicas tanto públicas como privadas. Os seus axiomas de esperança reflectida revelaram-se, uns atrás dos outros, falsos. A educação não só se mostrou incapaz de tornar a sensibilidade e o saber resistentes à «desrazão» assassina, como se passou qualquer coisa de mais desconcertante ainda: o refinamento intelectual, o virtuosismo e o gosto artísticos, a eminência científica colaboram de bom grado e activamente com os imperativos totalitários ou, no melhor dos casos, permanecem indiferentes ao sadismo circundante. Os concertos esplêndidos, as exposições dos grandes museus, a publicação de livros eruditos, o aprofundamento das investigações universitárias, tanto nas ciências como nas humanidades, florescem nas imediações dos campos da morte. A competência tecnocrática responderá ao apelo do inumano ou permanecerá neutra. O ícone do nosso tempo é a preservação de uma árvore da predilecção de Goethe no limiar de um campo de concentração.

Ainda não começámos a avaliar deveras os danos que os acontecimentos sobrevindos a partir de 1914 infligiram ao homem — ao homem enquanto espécie que atribui a si própria o qualificativo de *sapiens*. Ainda não chegámos a apreender a coexistência no tempo e no espaço — essa coexistência acen-

tuada pela retransmissão imediata através da palavra e da imagem nos grandes meios de comunicação de massa mundiais — do supérfluo ocidental e da fome, da privação e da mortalidade infantil que actualmente governam três quintas partes da humanidade. Existe uma dinâmica da demência esclarecida na nossa maneira de desperdiçar o que resta dos recursos naturais, da fauna e da flora do mundo. A garganta Sul do Everest é um depósito de lixo. Quarenta anos depois de Auschwitz, os Khmers vermelhos enterram vivos cerca de cem mil inocentes. O resto do mundo, que se encontra perfeitamente informado, nada faz. As novas armas saídas das nossas fábricas chegam sem perder tempo aos campos da carnificina.

Uma vez mais: a violência, a opressão, a sujeição económica e a irracionalidade social prosperaram de modo endémico na história — na das tribos como na das metrópoles. Mas, dada a extensão dos massacres, o contraste insensato entre a riqueza disponível e a miséria efectiva, a probabilidade de as armas termo-nucleares e bacteriológicas acabarem deveras com o Homem ou com o seu meio, a verdade é que o último século nos proporcionou novas razões de desespero. Deixou entrever claramente a possibilidade de uma inversão de marcha da evolução, de uma marcha atrás sistemática a caminho da bestialização. É o que faz de *A Metamorfose* de Kafka a fábula-chave da modernidade, ou o que, apesar do pragmatismo anglo-saxónico, torna plausíveis as célebres palavras de Albert Camus: «Só há um problema filosófico realmente sério: o suicídio».

Aquilo que gostaria de considerar com brevidade é, por assim dizer, o impacto sobre a gramática destes tempos sombrios. Por gramática, entendo aqui a organização articulada da percepção, da reflexão e da experiência, a estrutura nervosa da consciência quando esta comunica consigo própria e com os outros. Presinto (mas trata-se de um domínio quase inteiramente conjectural) que o futuro é um tempo que apareceu relativamente tarde na fala humana. Talvez se tenha formado a partir do fim da última era glacial, ao mesmo tempo que os «futuros» engendrados